

PERCEPÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO XINGU/PA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

PERCEPTION OF QUALITY OF LIFE OF THE URBAN POPULATION OF THE MUNICIPALITY OF SÃO FÉLIX DO XINGU/PA AND LOCAL DEVELOPMENT

Shelly Borges de Souza 1
Adriana Leônidas de Oliveira 2
Marilsa de Sá Rodrigues 3

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar como os moradores da zona urbana do Município de São Félix do Xingu/PA percebem sua qualidade de vida dentro da realidade em que estão inseridos, relacionando-a com os indicadores sociais disponíveis nos bancos de dados institucionais da FIRJAN, IBGE, FAPESPA e PNUD. Os indicadores analisados são socioculturais, econômicos e demográficos. Realizou-se uma pesquisa de campo, descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa. O instrumento WHOQOL-bref foi aplicado a 246 pessoas, obtendo-se um escore com média geral de 14,83, aplicando-se também um questionário sociodemográfico para a identificação da amostra e um questionário complementar sobre qualidade de vida, baseado em material do PNUD. Os resultados demonstraram que a população percebe como boa sua qualidade de vida, embora o município apresente IDH baixo e IFDM regular, levando à conclusão que ainda se faz necessária a implantação de políticas públicas para a melhoria dessas áreas.

Palavras-chave: Planejamento. Desenvolvimento Regional. Qualidade de Vida. Indicadores Sociais.

Abstract: The present work aims to analyze how the residents of the urban area of the municipality of São Félix do Xingu/PA perceive their quality of life within the reality in which they are inserted, relating it to the social indicators available in the institutional databases of FIRJAN, IBGE, FAPESPA and UNDP. The indicators analyzed are sociocultural, economic, and demographic. A descriptive field research was conducted with a qualitative and quantitative approach. The WHOQOL-bref instrument was applied to 246 people, obtaining a score with an overall mean of 14.83, also applying a sociodemographic questionnaire to identify the sample and a complementary questionnaire on quality of life, based on UNDP material. The results showed that the population perceives their quality of life as good, although the municipality has low HDI and regular MDF, leading to the conclusion that it is still necessary to implement public policies to improve these areas.

Keywords: Planning. Regional Development. Quality of Life. Social Indicators.

-
- 1 Doutoranda em Direito Constitucional do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Mestranda em Direito pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Mestra em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU). Graduada em Direito pela Universidade de Gurupi (UNIRG). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0086778315742426>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5118-811X>. E-mail: mestrado.doutorado452@gmail.com
 - 2 Pós-Doutora em Administração de Empresas pela FGV-EAESP. Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) Professora Assistente Doutor da Universidade de Taubaté (São Paulo, Brasil). Diretora do Departamento de Psicologia (Unitau). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8896115870139370>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2002-1012>. E-mail: adrianaleonidas@uol.com
 - 3 Doutora em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Docente pesquisadora do Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté/UNITAU/SP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8528383236806149>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3064-6916>. E-mail: marilsasarodrigues@outlook.com

Introdução

Esta pesquisa objetiva relacionar a qualidade de vida percebida pela população urbana do município de São Félix do Xingu/PA com o desenvolvimento local. Assim, buscou-se saber se a qualidade de vida percebida pelos moradores do município é compatível com os indicadores sociais apresentados, a fim de que se possa conhecer a realidade local e assim subsidiar futuros estudos e planejamentos de ações públicas e privadas, contribuindo para o desenvolvimento da localidade.

Os dados obtidos por meio dos indicadores, bem como a noção de qualidade de vida no contexto do desenvolvimento regional e local, são parâmetros importantes para se reduzir as desigualdades e promover o desenvolvimento social e humano. Faz-se importante integrar os dados estatísticos com a percepção da população, a fim de se aproximar da realidade local e conhecer as perspectivas e os anseios dos munícipes.

Partindo-se dos dados consolidados pelo Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal e pelo Índice de Desenvolvimento Humano do IBGE, e ainda com a utilização de outros indicadores sociais, como os trazidos pela FAPESPA, sendo que os dados coletados abrangem o período entre 2010 e 2020, procurou-se conhecer, para além dos números fornecidos por essas instituições, a percepção dos moradores da zona urbana do município sobre sua realidade e sobre a qualidade de vida no contexto existencial do município de São Félix do Xingu/PA, confrontando-a com os dados obtidos e discutindo-se os achados à luz da pesquisa teórica, a fim de relacionar a percepção da qualidade de vida com o desenvolvimento local.

Direitos fundamentais e bem-estar humano

Os direitos fundamentais do homem, além de serem princípios, constituem prerrogativas e instituições que o direito positivo concretiza em garantias de uma convivência digna, livre e igual de todas as pessoas. São fundamentais porque sem eles a pessoa humana não se realiza, não convive e, às vezes, nem mesmo sobrevive; além disso, não basta serem formalmente reconhecidos, devem ser concreta e materialmente efetivados a todos (SILVA, 2011, p.178).

Os direitos fundamentais passaram por uma evolução ao longo do tempo. Em um primeiro momento, visaram o respeito às liberdades individuais, sendo denominados de direitos fundamentais ou direitos humanos de primeira dimensão, movidos pelos ideais da Revolução Francesa, quais sejam, liberdade, igualdade e fraternidade. Com a Revolução Industrial, a partir do século XIX, foram inspirados os direitos de segunda dimensão, evidenciando-se os direitos sociais, culturais, econômicos e coletivos. A globalização e as profundas transformações da sociedade impulsionaram os direitos de terceira dimensão, transindividuais, atinentes à proteção da espécie humana, como por exemplo, o direito ao meio ambiente e ao desenvolvimento. Atualmente pensa-se até em direitos de quarta e quinta dimensões, concernentes à universalização institucional dos direitos sociais e à paz (LENZA, 2016).

Percebe-se dessa forma uma crescente preocupação com o bem-estar físico, mental e social das pessoas e, conseqüentemente, com sua qualidade de vida para o seu pleno desenvolvimento, situação refletida na legislação, bem como na gestão das políticas públicas que demandam o levantamento periódico de dados estatísticos, pautados em indicadores sociais e de desenvolvimento, que reflitam o mais fidedignamente possível a realidade socioeconômica e cultural no âmbito municipal, estadual, nacional e internacional.

Diante desse panorama, o Direito, criado para regulamentar a sociedade, um pacto social para o desenvolvimento da vida civilizada, também é visto como fomentador e garantidor das relações humanas e ao mesmo tempo instrumento e agente do desenvolvimento, não se podendo olvidar de que esse contrato social deve ser complementado por um contrato natural, tratando-se o desenvolvimento como uma apropriação de todos os direitos e a satisfação das necessidades humanas (SACHS, 2009).

Desenvolvimento humano, social e local

Desenvolvimento é um conceito que vem sendo construído com base em três visões que devem se relacionar de forma simultânea: desenvolvimento como crescimento econômico, desenvolvimento como satisfação das necessidades básicas e desenvolvimento como elemento de sustentabilidade socioambiental (SANTOS, E., *et al*, 2012).

Segundo Vieira (2009), o crescimento econômico mostra uma variação na taxa de crescimento do PIB, enquanto o desenvolvimento representa a melhoria das condições socioeconômicas dos indivíduos. O autor ressalta ainda que essa melhoria deve ser considerada dentro de fatores específicos de cada sociedade, levando-se em conta aspectos sociais, culturais e psicológicos.

Assim, a concepção de desenvolvimento deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria da qualidade de vida, ou seja, deve considerar a alocação de recursos por diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico-social, tais como pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, serviços públicos, alimentação, moradia e educação (OLIVEIRA, 2002, p. 38).

Para Sen (2010, p. 29), o desenvolvimento deve estar relacionado com a melhoria da qualidade de vida e das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Dessa forma, o crescimento do PNB ou das rendas individuais pode ser importante como meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Portanto, a riqueza não é um fim em si mesma, mas é desejável na medida em que nos permite desfrutar das liberdades que ela nos ajuda a obter.

A perspectiva de desenvolvimento baseada na liberdade, segundo Sen (2010, p. 40), apresenta uma semelhança genérica com a preocupação com a qualidade de vida, a qual também se concentra no modo como as pessoas vivem e não somente nos recursos ou renda que elas detêm.

O desenvolvimento local, isso é, o desenvolvimento de uma determinada região específica, impacta na qualidade de vida da população envolvida, uma vez que proporciona melhores condições de renda, de vida e de liberdade a essa comunidade, estando intimamente ligado ao desenvolvimento humano.

Assim, pode-se pensar nas características da região e no desenvolvimento de ações, investimentos e políticas públicas específicas para uma dada localidade como estratégia para a melhoria de seus indicadores sociais e para a transformação da realidade local, uma vez que não é apenas o crescimento econômico, o aumento da receita do ente, que desencadeará o desenvolvimento local, mas investimentos em setores como educação e cultura, saúde e meio ambiente, geração de renda, que irão impactar positivamente na vida das pessoas, permitindo que usufruam desses recursos convertidos em bem-social.

Nessa linha, pode-se refletir em como a condução das políticas públicas de determinada região ou localidade influencia no seu desenvolvimento e, por conseguinte, no bem-estar da população envolvida.

Verifica-se, portanto, que os conceitos de desenvolvimento estão intimamente ligados à melhoria da qualidade de vida e ao consequente bem-estar social, físico e psicológico do indivíduo, adotando-se nesta pesquisa a teoria de Amartya Sen (2010) sobre desenvolvimento como liberdade, relacionando-se com qualidade de vida.

Qualidade de vida

Qualidade de vida é uma expressão que recebe múltiplas definições. Segundo Pereira, Teixeira e Santos (2012, p. 241), a falta de consenso conceitual para qualidade de vida é marcante, de forma que suas definições na literatura especializada se apresentam tanto de forma global, indicando a satisfação geral com a vida, como divididas em componentes como saúde, felicidade, satisfação pessoal, trabalho e estilo de vida, que em conjunto com outros itens indicam uma aproximação com o conceito geral utilizado para o termo.

A complexidade e a subjetividade da definição da qualidade de vida a tornam uma temática de difícil compreensão, que necessita de algumas delimitações que possibilitem o desenvolvimento operacional de análises científicas (PEREIRA; TEIXEIRA; SANTOS, 2012, p. 241). Sendo assim, o

desenvolvimento de instrumentos de avaliação que considerem determinados indicadores sociais e a relatividade das diferentes culturas é uma metodologia utilizada para promover uma análise científica acerca da qualidade de vida em grandes grupos.

Na década de 1990, a Organização Mundial da Saúde reuniu especialistas sobre saúde e qualidade de vida de diversas regiões do mundo para formar um grupo de estudos (Grupo WHOQOL), com a finalidade de aumentar o conhecimento científico da área e de desenvolver instrumentos de avaliação da qualidade de vida dentro de uma perspectiva transcultural (GORDIA *et al.*, 2011, p. 42).

O Grupo de Qualidade de Vida (Grupo WHOQOL), sob a coordenação de John Orley (FLECK, 2000, p. 34), apresentou a definição de qualidade de vida como “a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e do sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (WHOQOL, 1995).

O método WHOQOL visa sintetizar a complexidade da noção de qualidade de vida e sua relatividade diante de diferentes culturas e realidades sociais. Também foi desenvolvida uma versão abreviada, o WHOQOL-bref, diante da necessidade de um instrumento que demandasse pouco tempo para preenchimento e preservasse características psicométricas satisfatórias.

Muito embora a definição apresentada pela OMS, cujo instrumento de avaliação inter-relaciona o meio ambiente com aspectos físicos, psicológicos, nível de independência, relações sociais e crenças pessoais, seja considerada bem ampla, não é possível estabelecer um significado que se aplique em âmbito global. Isso porque a noção de qualidade de vida pode ser considerada uma construção cultural, local, que precisa ser revisada frequentemente, discutida e transformada de acordo com o avanço do conhecimento e da sociedade (PEREIRA; TEIXEIRA; SANTOS, 2012).

Assim, é importante que, ao se investigar por exemplo os fatores relevantes na percepção de pessoas ou grupos para ter boa qualidade de vida, exista uma reflexão acerca das formas pelas quais esses fatores se tornaram relevantes, considerando-se aspectos históricos, socioculturais, psíquicos, do ambiente e da inserção no mundo do trabalho (PEREIRA; TEIXEIRA; SANTOS, 2012).

Para avaliar o grau de desenvolvimento econômico conjugado com a qualidade de vida em grandes populações, o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - é uma das formas mais tradicionais, embora represente um indicador sintético, formado por uma média aritmética de indicadores relacionados a aspectos sociais e culturais como saúde, educação e renda. Este índice reflete a tese defendida por Sen (2010) de que não é somente a acumulação de riquezas, considerada por si só, que mede o desenvolvimento de uma dada sociedade, mas a forma como estas são distribuídas e usadas para a implementação do bem-estar social, ou seja, o foco é transferido do crescimento econômico para o desenvolvimento humano.

Pode-se compreender que o objetivo da criação do IDH foi o de possibilitar uma abordagem diferente de outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento (PNUD, 2020).

Nesse sentido, Vieira e Santos (2012, p. 365) defendem que o desenvolvimento de determinada região nem sempre é definido pelo interesse econômico, mas por motivações sociais e ambientais, ou seja, a relação que o sujeito possui com o meio físico e social em que vive contribui para a melhoria da qualidade de vida.

Indicadores sociais

Segundo Jannuzzi (2002, p. 55), pode-se definir indicador social como uma medida geralmente quantitativa, com significado social substantivo, utilizado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico acadêmico ou para fins de formulação de políticas públicas. Trata-se de um recurso metodológico, referido empiricamente, que informa algo acerca de um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que ocorram nela.

Os indicadores sociais servem para embasar as atividades de planejamento público e de formulação de políticas sociais em diferentes esferas governamentais, possibilitando o monitoramento das condições de vida e do bem-estar da população pelo poder público e pela sociedade civil, bem como permitem o aprofundamento de investigações acadêmicas sobre a mudança social e os determinantes dos diferentes fenômenos sociais.

Jannuzzi (2002) destaca que os indicadores sociais não devem substituir a realidade, como se fossem a expressão exata ou ideal dos conceitos indicados. Essa recomendação se direciona principalmente ao caso de conceitos abstratos complexos, como desenvolvimento humano, condições de vida, qualidade de vida ou responsabilidade social, em que não é adequada a simples substituição do conceito pela medida (indicador social) criada para operacionalizá-lo.

Diante disso, recomenda-se a utilização de alguns critérios para o emprego de indicadores sociais em pesquisas acadêmicas e na formulação de políticas públicas, que devem passar pela identificação de determinadas propriedades propostas por Jannuzzi (2002): a) ter um grau de cobertura populacional apropriado aos propósitos a que se destina; b) ser sensível a políticas públicas implementadas; c) ser específico a efeitos de programas setoriais; d) ser compreensível para os agentes e públicos-alvo das políticas; e) ser atualizável periodicamente, a custos razoáveis; f) ser amplamente desagregável em termos geográficos, sociodemográficos e socioeconômicos; g) gozar de historicidade para possibilitar comparações no tempo.

Do acima exposto, constata-se a importância do estudo e do aperfeiçoamento dos indicadores sociais, os quais têm sido utilizados como instrumento para o planejamento de políticas públicas, pois propiciam o conhecimento da realidade social, ensejando, portanto, a construção de condições necessárias para o exercício da cidadania.

Método

A presente pesquisa possui natureza interdisciplinar, o método de análise preponderante foi o dedutivo e o método de abordagem foi quali-quantitativo, o que demandou em determinado momento uma maior atenção aos fenômenos sociais e aos conceitos a eles relacionados e, noutros momentos, aos números extraídos dos dados levantados.

O método de procedimento utilizado foi o eclético, plurívoco. Considerando as fontes de pesquisa secundárias, foram utilizadas referências bibliográficas, de natureza teórica, publicadas em teses de doutoramento e dissertações de mestrado, artigos científicos e outros trabalhos acadêmicos publicados por meios convencionais impressos e *online*.

No rol de fontes primárias foram levantados documentos legislativos, como documentos estatísticos a partir de *sites* oficiais de organismos internacionais e nacionais, bem como foram utilizados procedimentos de levantamento de dados diretos por meio de questionários, especificamente Questionário Sociodemográfico, Questionário complementar - Questões pnuod resumido, whoqol-bref – Instrumento de Avaliação de Qualidade de Vida e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os quais foram submetidos à Plataforma Brasil e ao Comitê de Ética da Universidade de Taubaté (Unitau), somente após a aprovação começaram a ser aplicados (Parecer número 4.075.646).

A pesquisa foi realizada na área urbana do Município de São Félix do Xingu, situado na região sudeste do Estado do Pará, sendo considerada uma amostra de 246 respostas, calculada por meio da calculadora amostral disponível no *site Comentto*, que determinou o tamanho da amostra para a validação da pesquisa. Assim, considerando-se uma população estimada de 128.481 pessoas para 2019, ano em que se iniciou a pesquisa, foram utilizados índice de confiabilidade de 95%, margem de erro de 5% e distribuição da população mais homogênea (80/20) (IBGE, 2019).

A amostra foi formada por pessoas de ambos os sexos, maiores de dezoito anos, residentes há mais de seis meses na zona urbana do Município de São Félix do Xingu/PA.

Os dados coletados por meio dos instrumentos acima citados foram armazenados em um banco de dados específico, criado no programa Microsoft Excel, versão 2016. Após a verificação de erros e inconsistências, foi realizada uma análise descritiva estatística por meio de frequências relativas e absolutas para as variáveis de perfil dos participantes e para o questionário adaptado PNUD. Para a qualidade de vida foram calculadas medidas de tendência central e de variabilidade para o *escore*.

Utilizou-se o software *IBM SPSS Statistics* (*IBM Statistical Package for the Social Sciences Statistics*, 2016) para a análise dos dados obtidos por meio da aplicação dos questionários, procedendo-se com tratamento estatístico.

Os indicadores foram coletados dos *sites* do IBGE, da FIRJAN (2016) e da FAPESPA (2016),

analisando-se os quesitos habitação, saúde, educação, mercado de trabalho, IDH, segurança pública, PIB e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Foram descritos os dados disponíveis nos respectivos sítios eletrônicos e demonstrados os resultados por meio de tabelas e gráficos.

A seguir, realizou-se a análise da relação entre a percepção da qualidade de vida dos moradores da zona urbana de São Félix e os indicadores apresentados pelo município, comparando-se os dados obtidos por meio da pesquisa de campo com aqueles constantes nos órgãos estatísticos acima enumerados.

Resultados e discussões – dados documentais do município de São Félix do Xingu/PA

Como explicitado, São Félix do Xingu situa-se na região sudeste paraense, distando 1.041,2 km da capital, Belém. Sua população no último censo (IBGE, 2010) era de 91.340 pessoas. A população estimada para 2019 foi de 128.481 pessoas e, para 2020, de 132.138 pessoas, com densidade demográfica de 1,08 hab./Km² (IBGE, 2020).

Em 2010, considerando-se o total da população de 91.340 pessoas, verifica-se que 45.113 habitantes residiam na zona urbana e 46.227 na zona rural. Quanto à divisão por sexo, 48.691 correspondem ao sexo masculino e 42.649 ao sexo feminino. E quanto à faixa etária, a maior parte está concentrada na faixa entre 15 e 29 anos, correspondendo a 28.268 pessoas, seguida pela faixa etária de 30 a 49 anos, com 26.681. A taxa de urbanização em 2010 era de 49,39% (FAPESPA, 2016).

Em relação ao PIB, consta no *site* do IBGE que no ano de 2017 o PIB *per capita* do município foi de R\$11.157,74, ocupando a 64ª posição no Estado do Pará, sendo R\$1.316.460,87 o valor adicionado bruto a preços correntes, do qual o referente à agropecuária corresponde a R\$514.908,87, ou seja, 39,11 % da economia.

Em relação ao quesito habitação, no ano de 2010 havia 22.357 unidades domiciliares, correspondendo a 4,09 habitantes/unidades domiciliares. Quanto à forma de abastecimento de água, naquele ano havia 1.413 domicílios ligados à rede geral de distribuição, 18.486 utilizavam poço ou nascente na propriedade e 2.458 outras formas de abastecimento. De acordo com o IBGE, em 2010 apenas 22,5% dos lares contavam com esgotamento sanitário adequado.

No quesito saúde, segundo levantamento da FAPESPA (2016), havia no município, em 2015, 1,14 leitos/mil habitantes. Percebe-se que, embora tenha havido um aumento da população, o investimento em leitos hospitalares não foi proporcional, pois em 2006 havia mais leitos por mil habitantes do que em 2015.

Ao observar o DATASUS no período de janeiro de 2021 houve um aumento do número de leitos totais para 145, contabilizando leitos SUS e não SUS (DATASUS, 2021). Esse aumento de 9% do número de vagas continua não acompanhando o crescimento da população, visto que, segundo dados do IBGE (2020) a população do município é composta por 132.138 habitantes, ou seja, ao número de leitos/Mil habitantes caiu para 1,09.

Mas, apesar dos números de leitos/Mil habitantes estar diminuindo, um outro ponto verificável é que tem ocorrido uma desaceleração dessa diminuição. Tal ponto pode ser verificado ao analisar que de 2013 até 2015, a cada ano, essa proporção diminuía 0,05 por ano, já de 2015 até 2020/2021 ocorreu a mesma diminuição de 0,05. Assim sendo, apesar da diminuição, também se verifica que essa diminuição teria caído para um ritmo de 20% do que era outrora.

Os dados do IBGE para 2018 mostram que havia 12.274 matrículas no Ensino Fundamental e 1.660 no Ensino Médio, sendo que a nota do IDEB – Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Rede pública) [2017] foi 4,0 e no IDEB – Anos Finais do Ensino Fundamental (Rede pública) [2017], 3,0 (IBGE, 2017). Considerando as notas do IDEB em 2019, a nota obtida para a 4ª série/5º ano foi 4,0 e para a 8ª série/9º ano, foi 2,9 (IDEB, 2019)

No ano de 2016, o município apresentou desenvolvimento regular, com 0.4915 pontos no Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (consolidado), estando na 99ª posição estadual e 5.240ª posição nacional (FIRJAN, 2016).

Segundo o IBGE, o Índice de Desenvolvimento Humano do município é de 0,594 (2010), situando-o na faixa de desenvolvimento humano baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599) (IBGE, 2010).

Os indicadores sociais ajudam a compreender a realidade local, bem como quantificar de maneira palpável o nível do que está sendo apurado, permitindo comparar e, assim, elaborar medidas para acelerar o desenvolvimento regional. Tendo em vista que os recursos financeiros são limitados, torna-se importante conhecer a realidade do município, a fim de se elaborar políticas públicas mais eficazes e de se destinar recursos para as áreas mais fragilizadas.

Dados da pesquisa de campo – caracterização da amostra

A amostra desta pesquisa é composta por 246 pessoas de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 18 anos, residentes na zona urbana no Município de São Félix do Xingu.

Verificou-se por meio do questionário sociodemográfico aplicado que 61% dos respondentes foram do sexo feminino (150 pessoas) e 39% do sexo masculino (96 pessoas). A faixa etária predominante foi de 25 a 34 anos, correspondendo a 31,7%, seguida do intervalo entre 18 e 24 anos (28%). A menor porcentagem de participação (2%) foi de pessoas acima de 54 anos. Quanto à escolaridade da amostra, as porcentagens mais significativas são: 30,9%, isto é, 76 pessoas, com Ensino Médio completo, e 17,1% (42 pessoas) com Ensino Superior completo. Segundo o IBGE (2018), o município possui 4 (quatro) estabelecimentos de Ensino Médio e 105 de Ensino Fundamental, com uma taxa de escolarização dos 6 aos 14 anos de idade de 77,9% (IBGE, 2010).

Referente à pergunta número 10 do questionário sociodemográfico, que é dividida em 5 subitens, verificou-se que 155 dos respondentes possuem casa própria, correspondendo a 63%, e 89 desses não a possuem (36,2%). Do total de respondentes, 44,3% declararam que a rua da casa em que residem é asfaltada e 50,4% que não é asfaltada. Em relação ao abastecimento de água, 60,2% não contam com rede de abastecimento público e 33,7% dispõem desse serviço. Dos dados levantados, 91,1% dispõem de eletricidade e 53,3% dispõem de saneamento, contra 8,9% que não dispõem de eletricidade e 46,7% que não dispõem de saneamento.

Confrontando os dados disponíveis sobre a questão número 10 com os levantados nos sites da FAPESPA e do IBGE, verifica-se, de fato, que a maioria dos domicílios não dispõe de abastecimento público de água, uma vez que, em 2010, 18.486 pessoas utilizavam poço ou nascente na propriedade e passados dez anos, tal situação ainda persiste. Quanto ao esgotamento sanitário, somente um pouco mais da metade dos respondentes afirmou que conta com esse serviço.

Nesse contexto, importa ressaltar que os sistemas de abastecimento público de água tratada e de esgotamento sanitário proporcionam benefícios gerais para a saúde da população, resultando no desenvolvimento da localidade atendida, bem como na melhoria da qualidade de vida e no bem-estar das pessoas. Ademais, as políticas públicas que visam melhorar as condições de saneamento básico são eficazes para diminuir a mortalidade infantil, impactando nos índices de saúde, e ainda contribuem para o crescimento econômico e a redução da pobreza (LEONETI *et al*, 2011).

Dados referentes à qualidade de vida

Na Tabela 01, verifica-se que os moradores do núcleo urbano de São Félix do Xingu percebem sua qualidade de vida como boa, considerando que o instrumento WHOQOL-bref permite avaliá-la do seguinte modo: Péssima: 0-5; Ruim: 6-10; Boa: 11-15 e Ótima: 16-20, numa escala entre 0 e 20.

Tabela 01. Domínios de qualidade de vida (0 a 20).

	Média	Desvio padrão	Mediana	Mínimo	Máximo
Físico	15,69	2,34	16,00	7,43	20,00
Psicológico	15,49	2,34	15,67	8,00	20,00
Relações sociais	15,57	2,96	16,00	5,33	20,00
Meio ambiente	13,14	2,32	13,00	7,00	19,50
GERAL	14,83	1,90	14,92	9,23	19,54

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Ao responderem à questão do PNUD sobre a visão geral da própria qualidade de vida, 35,5% a avaliaram com nota 8; 26% atribuíram nota 10; 15,7% nota 7 e 7,9% nota 9.

Tabela 02. De uma escala de 0 a 10, onde o 0 significa a pior vida possível e 10 a melhor vida possível.

		n	%
Qualidade de vida	0	1	0,4
	3	1	0,4
	4	4	1,7
	5	18	7,4
	6	12	5,0
	7	38	15,7
	8	86	35,5
	9	19	7,9
	10	63	26,0

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Pode-se depreender pela Tabela 02 que a maior parte da população analisada se percebe com boa qualidade de vida.

Percepção da qualidade de vida relacionada ao domínio físico

Na Tabela 01, referente ao WHOQOL-bref, o domínio físico obteve avaliação média de 15,69, com uma variação de 7,43 a 20, podendo ser classificado como bom.

Analisando a Tabela 03, observa-se que os entrevistados se encontram satisfeitos com sua saúde e aparência. Vejamos:

Tabela 03. De 1 a 10, onde 1 é muito insatisfeito e 10 é muito satisfeito, o quanto você está satisfeito com os seguintes aspectos da vida? (n=246).

		n	%
Sua saúde	0	1	0,4
	1	2	0,8
	2	2	0,8
	3	2	0,8
	4	4	1,6
	5	12	4,9
	6	15	6,2
	7	30	12,3
	8	41	16,9
	9	47	19,3
10	87	35,8	

Sua imagem ou aparência física	1	3	1,2
	3	2	0,8
	4	6	2,5
	5	15	6,2
	6	11	4,5
	7	24	9,9
	8	62	25,5
	9	41	16,9
	10	79	32,5

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

No entanto, ao se considerar as Tabelas 04 e 05, percebe-se uma certa insatisfação com o acesso à saúde, porém essa insatisfação não está tão longe de uma razoabilidade, pois a maior proporção (35,7%) declarou-se neutra (nem insatisfeito, nem satisfeito) e, apesar de 90 pessoas responderem que consideram pouco possível ter acesso a tratamento psicológico (36,6%), 74 pessoas responderam que isso é algo possível (30,1%).

Na Tabela 04, verifica-se que 81,6% utilizam-se do sistema público de saúde e 18,4% do sistema privado de saúde.

Tabela 04. Sistema de saúde.

Qual o seu sistema de saúde?	n		%	
	Público	199	81,6	
Privado	45	18,4		

Fonte: Dados da pesquisa de campos.

No Gráfico 3, constata-se que 35,4% dos respondentes não estão satisfeitos com o acesso aos serviços de saúde (muito insatisfeitos e insatisfeitos), 35,7% não estão insatisfeitos, nem satisfeitos (neutro) e 28,85% estão satisfeitos (satisfeitos e muito satisfeitos).

Assim, tendo em vista que 81,6% se utilizam do serviço público de saúde (Tabela 04), este dado demonstra certo grau de insatisfação com o serviço oferecido.

Tal situação resultou no seguinte resultado quanto à satisfação: 6,9% muito insatisfeito; 28,5% insatisfeito; 35,7% nem satisfeito, nem insatisfeito; 22,35% satisfeito; 6,5% muito satisfeito.

Conforme consta na Tabela 05, caso os entrevistados quisessem receber ou necessitassem de receber atenção psicológica profissional, 36,6% responderam que consideravam pouco possível o acesso a essa atenção, e 30,1% algo possível.

Tabela 05. Possibilidade de acesso a tratamento psicológico.

Se você quisesse receber ou necessitasse de receber atenção psicológica profissional, qual a sua possibilidade de ter acesso a esse tratamento?	n		%		
	Totalmente possível	30	12,2		
	Algo possível	74	30,1		
	Pouco possível	90	36,6		
	Nada possível	26	10,6		
Não sei responder	26	10,6			

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Ao se verificar os dados documentais dos indicadores sociais apresentados, infere-se que a proporção de leitos hospitalares por habitantes diminuiu, comparando-se ao ano de 2006, fator que pode indicar o descontentamento com os serviços oferecidos.

Quanto ao índice de mortalidade infantil, a média brasileira é de 12,35 óbitos por mil nascidos vivos (IBGE, 2018), enquanto em São Félix do Xingu é de 14,01 (IBGE, 2017). Embora a média local seja maior que no âmbito nacional, quando se comparam os anos anteriores, verifica-se que a taxa municipal diminuiu em comparação ao ano de 2016, quando foi de 18,16 (IBGE, 2016).

Diante desses resultados, compreende-se que, de modo geral, as pessoas estão satisfeitas quanto ao domínio físico.

Percepção da qualidade de vida relacionada ao domínio psicológico

O domínio psicológico do WHOQOL-bref (Tabela 01) apresenta escore 15,49, com variação entre 8 e 20, podendo ser classificado como bom.

Confrontando-se os dados obtidos no questionário WHOQOL-bref com os do PNUD, percebe-se que a percepção da população de São Félix do Xingu para o domínio psicológico é boa.

Os sentimentos, a concentração, a autoestima, a imagem corporal e a aparência são satisfatórias para esse domínio. Esses fatores são importantes para a percepção da qualidade de vida, uma vez que o bem-estar individual influencia na visão do indivíduo sobre o ambiente em que vive. Além disso, uma convivência melhor é capaz de tornar os indivíduos mais empáticos e participativos, refletindo também nas liberdades de que o indivíduo pode desfrutar e, por consequência, no desenvolvimento do meio em que está inserido.

Percepção da qualidade de vida relacionada ao domínio social

O domínio social percebido é classificado como bom, com escore 15,57, conforme a Tabela 01, na qual estão demonstrados todos os domínios de qualidade de vida.

A inserção social do indivíduo contribui para o desenvolvimento da sociedade, pois os fatores protetivos sociais o levam à plenitude. Por outro lado, a vivência de fatores sociais de risco pode excluí-lo do convívio social e privá-lo de importantes liberdades, resultando em vivências negativas e na exposição a situações de violência, uso de drogas, preconceito, fome, empobrecimento e a perigos de rua, entre outros (SILVA, 2016).

Em relação ao convívio social, levando-se em consideração a relação com os filhos, com os pais e com os amigos, essas foram classificadas, de um modo geral, como satisfatórias ou muito satisfatórias.

As relações sociais são importantes para o desenvolvimento do ser humano, uma vez que é por meio da interação social que os indivíduos aprendem e tomam conhecimento de si e do mundo, formando sua identidade.

As habilidades sociais desenvolvidas contribuem para que as pessoas tenham melhor convívio social, aprimorando seu comportamento. O engajamento social proporciona bem-estar físico e mental (RESENDE *et al.*, 2006).

Percepção da qualidade de vida relacionada ao meio ambiente

O domínio meio ambiente foi o que pontuou o menor escore, com 13,14 e variação entre 7 e 19,50 (Tabela 01). No entanto, considerando a classificação de 11 a 15 como boa, esse domínio também pode ser classificado como bom.

A qualidade ambiental contribui para a qualidade de vida, pois como bem pontuam Vieira e Santos (2012, p. 364/365) as relações sociais entre os indivíduos da região e o ambiente no qual estão inseridos contribuem para a melhora na qualidade de vida, uma vez que essas relações impactam no desenvolvimento local, com melhoria das condições socioeconômicas.

Do acima exposto, pode-se concluir que grande parte dos respondentes da pesquisa considera adequado o meio em que vivem, porém é importante dar lugar a algumas reflexões.

Os entrevistados responderam que se sentem mais seguros em casa do que na rua. Essa problemática merece enfrentamento. Segundo os dados da FAPESPA (2016), no ano de 2013 houve 138 crimes contra a pessoa, 286 crimes contra o patrimônio e 115 crimes violentos. Comparando-o

com o ano de 2012, verifica-se que houve aumento de 49 casos nos crimes contra o patrimônio e dois casos a mais de crimes violentos e diminuição dos crimes contra a pessoa. Porém, no *site* da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará, foi noticiado que investimentos no sistema de segurança pública têm refletido na queda da criminalidade. A nível estadual, comparando-se o dia 1º de janeiro de 2021 com o mesmo dia em 2020, houve redução de 60% em crimes letais e intencionais, havendo também redução da quantidade de crimes contra a vida nos oito primeiros meses de 2020 (SEGUP, 2020 / 2021).

Outro ponto sensível diz respeito à distribuição de renda. Embora o município de São Félix do Xingu se destaque pela aptidão ao agronegócio, com um rebanho bovino de 2.256.734 cabeças (IBGE, 2018), esse fato não parece beneficiar o conjunto da população. De acordo com o *site* do IBGE, o PIB *per capita* em 2017 era de R\$ 11.157,74; no entanto, consta que 44,8% da população tinha rendimento nominal mensal *per capita* de até 1/2 salário-mínimo (IBGE, 2010). Ademais, no ano de 2017 o percentual da população ocupada era de 4,0% (IBGE, 2017). Como visto na Tabela 27, 47,6% dos respondentes declararam que consideram difícil e 15,9% muito difícil encontrar trabalho com remuneração aceitável. De acordo com o Índice FIRJAN, o IFDM – Emprego e Renda do município em 2016 foi de 0,4193. Embora esteja dentro do nível regular, o desenvolvimento dessa área está bem próximo de ser considerado baixo (FIRJAN, 2016).

No que tange à saúde, 63,4% dos respondentes afirmaram ter pouca confiança de que receberão tratamento médico de forma oportuna, e 58,5% têm pouca confiança na boa qualidade do tratamento médico caso precisem tratar uma enfermidade catastrófica ou crônica. Confrontando esses dados com os dados estatísticos obtidos por meio do Índice FIRJAN, verifica-se que o IFDM – Saúde obteve pontuação de 0,5453, situando-se no desenvolvimento regular (FIRJAN, 2016).

O IDH-M Educação apresentou pontuação 0,411 em 2010, sendo o mais baixo dos três índices que compõem o IDH-M. Embora em 10 anos tenha melhorado, saindo em 2000 de 0,168, ainda há muito que se investir e melhorar nessa área (IBGE, 2010). O IFDM – Educação apresentou escore 0,5100 (FIRJAN, 2016).

Os dados do IBGE referentes a São Félix do Xingu mostram que a nota do IDEB – Anos iniciais do Ensino Fundamental (Rede pública) [2017] foi 4,0 e no IDEB – Anos finais do Ensino Fundamental (Rede pública) [2017] foi 3,0. Em consulta ao *site* do IDEB, para o ano de 2019, a meta municipal projetada para a 4ª série/5º ano era de 4,4 e o observado foi de 4,0 e para a 8ª série/9º ano a meta era 5,0 e o obtido foi 2,9. No parâmetro estadual, as metas para 2019 eram 4,6 (anos iniciais) e 4,9 (anos finais), tendo-se alcançado 4,7 e 3,9, respectivamente.

No Brasil, em 2019, considerando-se a dependência administrativa municipal, para os anos iniciais do Ensino Fundamental a meta era de 5,4 e foram atingidos 5,7; para os anos finais do Ensino Fundamental a projeção era de 4,9 e obteve-se 4,5 (IDEB, 2019). Observa-se que ainda há muito que melhorar no campo da educação, a fim de se atingir as metas projetadas para o IDEB para os anos seguintes.

Para que o desenvolvimento ocorra, é necessário possibilitar ao indivíduo o acesso à liberdade, removendo-se o entrave do analfabetismo, o que lhe permite viver melhor. A educação é um importante fator de oportunidade social, possibilitando acesso a aprendizado, leitura, comunicação e empregabilidade (SEN, 2010).

Considerando que esse domínio foi o que obteve escore mais baixo, pode-se inferir que são necessários investimentos e políticas públicas voltadas à educação, saúde e segurança, uma vez que o ambiente no qual a pessoa está inserida influencia o seu modo de ver a vida, seu modo de significá-la e a percepção de sua qualidade.

Considerações Finais

Buscou-se nesta pesquisa conhecer a perspectiva da qualidade de vida da população urbana do município de São Félix do Xingu/PA, confrontando-a com seus indicadores sociais.

Os indicadores sociais foram coletados nos *sites* de instituições de pesquisas oficiais e, embora não sejam todos referentes ao período de 2019/2020, eram os mais recentes disponibilizados pelos órgãos. Verifica-se a ausência de integração entre as esferas federal, estadual e municipal na disponibilização de dados, o que provavelmente impacta na efetividade do planejamento e

da implementação de políticas públicas, ante o desconhecimento das reais necessidades de uma região.

Ainda assim, foi possível coletar índices relevantes para a pesquisa e demonstrá-los por meio de tabelas e gráficos e, mediante a aplicação dos instrumentos, analisou-se a percepção da qualidade de vida dos munícipes residentes na zona urbana com relação aos domínios físico, psicológico, às relações sociais e ao meio-ambiente.

Os resultados dos instrumentos aplicados mostraram que, de modo geral, a população está satisfeita com a qualidade de vida do município em que residem, ainda que o nível de desenvolvimento humano aferido em 2010, por meio do IDH, seja considerado baixo.

Confrontando-se os dados estatísticos com a percepção das pessoas sobre qualidade de vida, notam-se pontos de aproximação, como a dificuldade de encontrar trabalho relatada pelos participantes e o baixo índice de pessoas ocupadas apresentado pelo IBGE; a insatisfação com o acesso à saúde e o IFDM – Saúde com índice regular.

Quanto à segurança, observou-se pelas notícias publicadas no *site* da Secretaria Estadual de Segurança Pública que o governo do Estado do Pará tem investido nesse campo, reduzindo o índice estadual de criminalidade, fato que pode impactar na taxa de mortalidade por causas externas, diminuindo-a.

Importante ressaltar que, assim como as demais localidades brasileiras, São Félix do Xingu ainda precisa receber melhorias que desencadeiem um processo de desenvolvimento local, tendo em vista a necessidade de se buscar valores além dos econômicos para o desenvolvimento da região. Assim, evidencia-se a necessidade da inclusão de novas variáveis na busca do desenvolvimento, transformando a relação do homem com o meio em que está inserido, para que resulte em melhoria da qualidade de vida.

Referências

ATLAS do Desenvolvimento Humano. **Metodologia**. 2020. Disponível em: <https://onedrive.live.com/?authkey=%21AHWsj%2DUGXcU7LKE&cid=124653557C0404EC&id=124653557C0404EC%2122849&parId=124653557C0404EC%2122848&o=OneUp>. Acesso em: 09 fev.2021.

COMENTTO. **Calculadora amostral Comento**. Disponível em: <https://comentto.com/calculadora-amostral/>. Acesso em: 31 maio 2020.

DATASUS. (2021). TabNet Win32 3.0: **CNES - Recursos Físicos - Hospitalar - Leitos de internação** - Brasil (datasus.gov.br). Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?cnes/cnv/leiintbr.def>. Acesso em: 18 mar. 2021.

FAPESPA. **Estatísticas Municipais Paraenses: São Félix do Xingu**. Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação. Belém, 2016. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/1039.pdf?id=1617714066>. Acesso em: 05 out. 2019.

FIRJAN. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**. Disponível em: <https://www.FIRJAN.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-FIRJAN-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=PA&IdCidade=150730&Indicador=1&Ano=2016>. Acesso em: 14 fev. 2020.

FLECK, Marcelo Pio de Almeida. O instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100): características e perspectivas. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 5, p. 33-38, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2000.v5n1/33-38/> Acesso em: 05 abr. 2020.

GORDIA, Alex Pinheiro *et al.* Qualidade de vida: contexto histórico, definição, avaliação e fatores associados. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, Ponta Grossa – PR, v. 03, n. 01, jan./jun. 2011, p. 40-52. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbqv/article/view/812/625>. Acesso em: 25 jan. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Índice de Desenvolvimento Humano. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/sao-felix-do-xingu/pesquisa/37/30255>.

Acesso em: 14 fev. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/sao-felix-do-xingu/panorama>. Acesso em 14 fev. 2020.

IDEB – **Resultados e Metas**. 2019. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=1317443>. Acesso em: 14 out. 20

JANNUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, v. 36, n. 1, p.51-72,2002. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/12371/consideracoes-sobre-o-uso--mau-uso-e-abuso-dos-indicadores-sociais-na-formulacao-e-avaliacao-de-politicas-publicas-municipais>. Acesso em: 25 jan. 2020.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 20. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016.

LEONETI, Alexandre Bevilacqua; PRADO, Eliana Leão do; OLIVEIRA, Sonia Valle Walter Borges de. Saneamento básico no Brasil: considerações sobre investimentos e sustentabilidade para o século XXI. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 331-348, abr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122011000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 nov. 2020.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477/372>. Acesso em: 30 jan. 2020.

PEREIRA, Érico Felden; TEIXEIRA, Clarissa Stefani; SANTOS, Anderlei dos. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.26, n.2, p.241-50, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbefev/v26n2/07.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2020.

PNUD BRASIL. **O que é Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-desenvolvimento-humano.html>. Acesso em: 03 fev. 2020.

RESENDE, Marineia Crosara de *et al.* Rede de relações sociais e satisfação com a vida de adultos e idosos. **Psicologia para América Latina**, México, n. 5, fev. 2006. Disponível em:

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro; Garamond, 2009.

SANTOS, Elinaldo Leal *et al.* Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, ano 2, n. 1, jul. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/rosel/Downloads/215-Texto%20do%20artigo-804-1-10-20120801.pdf>. Acesso em: 02 fev 2020.

SEGUP – Secretaria De Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará. **Ao intensificar ações de segurança pública, Estado registra queda nos índices de violência pelo 20º mês consecutivo**. Disponível em: <http://sistemas.segup.pa.gov.br/transparencia/ao-intensificar-acoes-de-seguranca-publica-estado-registra-queda-nos-indices-de-violencia-pelo-20o-mes-consecutivo/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SEGUP – **Secretaria De Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará**. Investimentos no Sistema de Segurança Pública do Pará refletem na queda da criminalidade. Disponível em: <http://www.segup.pa.gov.br/noticias/investimentos-no-sistema-de-seguran%C3%A7a-p%C3%ABblica-do-par%C3%A1-refletem-na-queda-da-criminalidade>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Jose Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

SILVA, Rafael Lopes Sales. **Juventude e desenvolvimento**: fatores de risco e proteção de adolescentes do município de Campos do Jordão-SP. 2016. 200 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté, Taubaté – SP, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unitau.br/jspui/handle/20.500.11874/1135>. Acesso em 13 nov. 2020.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 8, n. 2, p. 344-369, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/679/296>. Acesso em: 11 fev. 2020.

Recebido em 07 de setembro de 2021.

Aceito em 11 de outubro de 2022.